



Lei que regula a gestão das estatais é aprovada no Senado

Entre outras medidas, projeto que passou ontem em Plenário cria normas de governança e regras para compras e licitações. Proposta segue para a Câmara

O projeto que institui a chamada Lei de Responsabilidade das Estatais visa aumentar o controle sobre a operação das empresas e faz parte do conjunto de propostas que integram a Agenda Brasil.

As normas valerão para toda empresa pública ou sociedade de economia mista da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O texto inclui as estatais que exploram atividade econômica, inclusive as sujeitas a monopólio da União, e as que prestam serviços públicos.

A possibilidade de que as estatais fossem consideradas sociedades anônimas gerou acusações de que o objetivo seria privatizar as empresas, já que as SAs têm capital misto. Após reuniões com o governo, o relator, senador Tasso Jereissati, manteve a previsão de capital exclusivamente público para as empresas públicas.

Na avaliação dos senadores, o processo de aprovação do projeto, que durou cerca de três meses, respeitou os vários pontos de vista sobre o assunto. **3**



Relator da proposta, Tasso (de pé, à esquerda) defende a aprovação do projeto, que ainda tem de ser aprovado na Câmara

Moreira Moritz/Agência Senado



Proposta tem o apoio do relator na comissão, Ivo Cassol

Liberação de droga contra câncer passa em comissão

Projeto que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética foi aprovado ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia. Texto, que também passou pela Câmara dos Deputados, segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais. O relator, Ivo Cassol, quer pressa na aprovação definitiva. Mas a Anvisa é contra a proposta, alegando que a droga ainda não foi devidamente estudada. **5**

Crise política do governo federal repercute entre os senadores

A delação premiada do senador Delcídio do Amaral e a possível nomeação do ex-presidente Lula como ministro mobilizaram os debates no Senado ontem. Para o presidente da Casa, Renan

Calheiros, as afirmações de Delcídio são um “delírio” e não comprovam nada. Oito senadores discursaram sobre a crise, divergindo sobre a possibilidade de impeachment e o “semiparlamentarismo”. **8**



Renan diz, em coletiva, que papel do presidente do Senado é garantir isenção

Jonas Pereira/Agência Senado

Vai à Câmara texto sobre expansão da banda larga **7**

Avança projeto que beneficia portador de doença rara **5**

Senado autoriza funcionamento de rádio comunitária **7**

Minuta de lei de aviação deve ser votada em abril **6**

Barragens não são fiscalizadas, dizem especialistas **4**

Chefes de agências relatam investimento em transparência

Na Comissão de Transparência e Governança Pública, ontem, os presidentes das agências reguladoras das áreas de telecomunicações (Anatel), saúde suplementar (ANS) e vigilância sanitária (Anvisa)

disseram que investem sistematicamente em meios para ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços. No entanto, servidores dessas autarquias apontaram problemas como a falta de autonomia financeira. **2**



João Batista, Jarbas Barbosa, Bauer, José Abrahão, Rafael Santos e Thiago Botelho

Beto Barreto/Agência Senado

Proposta incentiva ocupação de áreas centrais de cidades **4**

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos projeto que autoriza a desapropriação de área, por utilidade pública, para reparcelamento do solo. O objetivo do autor, Wilder Moraes, é promover a ocupação das zonas centrais das cidades, que enfrentam perda de moradores e abandono de construções. **4**

Vestibular seriado pode ser adotado em todo o país **7**

A Comissão de Educação aprovou projeto que torna os programas de avaliação seriada, com provas a cada ano do ensino médio, o modelo de vestibular para parte das vagas em universidades públicas de todo o país. Serão mantidas outras formas de seleção, como vestibular tradicional e Enem. A proposta vai para o Plenário. **7**

Beto Barreto/Agência Senado



Bauer (2º à esq.) comanda audiência com os presidentes das agências, professor da Uerj e representante dos servidores

Presidentes de agências garantem transparência

Dirigentes das reguladoras de telecomunicações, saúde suplementar e vigilância sanitária relataram providências nesse sentido em audiência pública. Representante dos servidores apontou problemas

OS PRESIDENTES DE três agências reguladoras ouvidos ontem pela Comissão de Transparência e Governança Pública afirmaram que investem sistematicamente em meios para ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços prestados por elas. O presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (Aner), Thiago Botelho, por outro lado, disse que há problemas.

Um deles, relatou, é a falta de dinheiro para melhorar a atuação das agências. Botelho informou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por exemplo, arrecadou entre 1999 e 2015 cerca de R\$ 100 bilhões com o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Desse total, ele assegurou que 6,2% foram aplicados na agência.

— Esse dinheiro vai para a formação do superávit primário. Recentemente, um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou os mais variados fins para o Fistel, que é exclusivo para aplicação

nas telecomunicações. Até para pagar plano de saúde do Ministério das Comunicações.

O diretor-presidente da Anatel, João Batista de Rezende, explicou que todo o dinheiro recebido vai para o caixa do Tesouro Nacional. Ele esclareceu que, quando as agências reguladoras foram criadas, o Congresso não estabeleceu autonomia financeira para elas.

— Isso tem que ficar muito claro. É uma responsabilidade do Parlamento. A Anatel é vinculada a um ministério. Isso é o que está na lei.

Debate

João Capiberibe (PSB-AP) declarou que o orçamento das agências reguladoras é uma questão a ser debatida na Comissão de Transparência e Governança Pública.

— Esta não será a última audiência com as agências públicas. Nós precisamos nos inteirar cada vez mais dos obstáculos para que tomemos iniciativas que visem melhorar o atendimento aos cidadãos — afirmou o senador.

O professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) Rafael dos Santos trouxe outras dificuldades, como a

terceirização das atividades-fim das agências reguladoras.

— As atividades-fim devem ser reservadas a servidores públicos. A gente precisa impedir a terceirização desses serviços.

O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa da Silva Júnior, informou que no ano passado a central de atendimento do órgão recebeu 372.796 solicitações. Dessas, 82,44% foram respondidas imediatamente. O tempo médio de resposta foi de 16 dias, garantiu.

Na Anatel, por sua vez, João Batista de Rezende afirmou que a agência foi reconhecida pelo TCU como cumpridora dos sete itens estabelecidos pelo tribunal. Entre eles, estão a transmissão via internet das sessões deliberativas da diretoria e um sistema eletrônico de acompanhamento de processos.

Já o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), José Carlos de Souza Abrahão, disse que as demandas de informação cadastradas pela central de atendimento representaram 99,56% do total de registros da ANS.

Anvisa pede cuidado para uso de remédio

O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa da Silva Júnior, informou à Comissão de Transparência e Governança Pública que não há na instituição qualquer pedido para autorizar o uso da fosfoetanolamina sintética. Barbosa fez a declaração ontem, no mesmo dia em que a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou o projeto que autoriza o uso da substância, antes do registro do medicamento, por pacientes diagnosticados com câncer.

— A gente tem que perguntar

por que durante 20 anos a fosfoetanolamina foi produzida num laboratório para ensino de química e nunca foram feitos os ensaios exigidos em todo o mundo — questionou.

O presidente da Anvisa informou ainda que, se a requisição para a liberação for protocolada, a análise será imediata.

— O pedido vai entrar no critério um de prioridade. Seria o que a gente chama de inovação radical desenvolvida no Brasil — assegurou.

Enquanto isso não acontece, Barbosa alertou que a fosfoetanolamina não é fabricada

em nenhum lugar do mundo.

— Mesmo se a Anvisa autorizasse o uso, quem iria produzir? Em que laboratório oficial? Não em fundo de quintal. Teríamos pessoas em situação grave sendo vítimas de golpes — avisou.

O projeto aprovado na CCT determina que os pacientes com diagnóstico de câncer comprovado em laudo médico terão a liberdade de fazer uso da substância fosfoetanolamina sintética.

Na página 5, comissão aprova uso de fosfoetanolamina

Paulo Paim comunica lançamento da Frente da Previdência Social

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social será lançada em 27 de abril, anunciou Paulo Paim (PT-RS).

O senador informou que a cerimônia ocorrerá no Auditório Petrônio Portella e será seguida, na parte da tarde, de um seminário para discutir o déficit da Previdência Social.

— A nossa intenção é fazer um amplo debate sobre um tema que encanta e desencanta a muitos, com pessoas de opiniões diferentes. Porque muitos entendem que a Previdência não resiste a mais uma ou duas décadas. Outros dizem que se combatermos a fraude, a sonegação e a corrupção e se os recursos não forem destinados para outros fins, a Previdência tem tudo para dar certo.

Paim também apresentou um documento das centrais sindicais que pede uma auditoria na dívida pública.

Garibaldi anuncia chegada das águas do São Francisco ao RN

As águas da transposição do Rio São Francisco devem chegar ao Rio Grande do Norte em dezembro, segundo o cronograma de obras do Ministério da Integração Nacional, anunciou Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). O senador lembrou que o estado é o último a ser abastecido pela transposição.

A perspectiva inicial era de que as águas só chegassem em fevereiro ou março de 2017. Garibaldi comemorou a boa notícia numa fase de previsões “assustadoras” sobre a persistência da seca. Segundo ele, o Rio Grande do Norte já enfrenta quatro anos de forte estiagem e as obras de transposição do Rio São Francisco constituem uma necessidade para a região.

— Vou ficar cobrando, juntamente com a bancada do Nordeste — disse.



Jefferson Ródy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Reúso de água**
8h30 O PLS 753/2015, que obriga sistemas de reúso de água em prédios construídos com recursos da União, é um dos itens da pauta. Depois, audiência pública interativa sobre a concessão da BR-163.
- CAS Instrutor de trânsito**
9h Entre outros projetos, a comissão analisa o PLS 289/2010, que altera qualificação para profissão de instrutor de trânsito.
- OBRAS INACABADAS Reunião**
9h A subcomissão analisa requerimentos.
- CDR Seminário**
9h30 Seminário Welcome Chinese discute certificação de hotéis, restaurantes e pontos turísticos para receber turistas chineses.
- CCJ Bilhete aéreo**
10h A comissão avalia o PLS 394/2014, que possibilita transferir bilhete aéreo entre passageiros, e outros projetos.
- MP 707/2015 Dívidas rurais**
11h Audiência pública para instruir a MP, que dá mais tempo para produtores rurais do Nordeste pagarem dívidas.
- CE Livros no Minha Casa, Minha Vida**
11h Audiência debate o PLS 204/2013, sobre inclusão de computador e livros em cada moradia do Minha Casa, Minha Vida.
- PRESIDÊNCIA Evangélicos**
11h Renan Calheiros recebe o senador Marcelo Crivella e líderes evangélicos. Às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.
- CDH Pessoas desaparecidas**
11h30 O PLS 667/2011, que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, é um dos itens da pauta da comissão.
- MP 712/2016 Aedes aegypti**
14h Audiência interativa para instruir a MP, que trata de medidas de vigilância em saúde relacionadas ao mosquito.
- CMO Prestação de contas**
14h A comissão mista avalia prestações de contas de órgãos federais.
- PLENÁRIO Servidor de ex-território**
14h A PEC 3/2016, sobre servidores de ex-territórios, abre a pauta de votações.
- CPI DO FUTEBOL Presidente da CBF**
14h05 Depoimento do presidente em exercício da CBF, Antônio Carlos Nunes de Lima. Depois, análise de requerimentos.
- MP 699/2015 Bloqueio de vias**
14h30 Análise de relatório da MP, que aumenta punição para quem usar veículos para bloquear vias públicas.
- CONSELHO DE ÉTICA Caso Delcídio**
14h30 Análise inicial do mérito da representação contra Delcídio do Amaral.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Eleição**
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice e designação do relator da comissão.
- AGENDA BRASIL Iniciativa privada**
15h A comissão especial analisa, entre outros projetos, o PLS 203/2014, sobre manifestação de interesse da iniciativa privada.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lei das Estatais é aprovada e vai para a Câmara

De acordo com projeto, dirigentes de sindicatos e partidos não poderão integrar conselho de administração das empresas e conselheiros precisarão comprovar experiência na área

AGENDA BRASIL

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais. O PLS 555/2015 estabelece normas de administração e regras para compras e licitações. A proposta vai agora para a Câmara dos Deputados.

As normas serão aplicadas às empresas públicas e sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais.

O projeto inclui as estatais que exploram atividade econômica, como o Banco do Brasil, as que prestam serviços públicos, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e as que exploram atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União, como a Casa da Moeda.

O texto determina que as estatais deverão adotar práticas de governança e controle e terão que divulgar anualmente seus balanços operacionais e financeiros. A atual falta de regras dificulta a atuação de órgãos de controle.

Deverão ser implantados nas estatais uma área de *compliance* (conformidade) e



Renan Calheiros preside a sessão em que foi aprovada proposta com regras para compras e licitações nas estatais e que normatiza a atuação dessas empresas

riscos, diretamente vinculada ao diretor-presidente, e um comitê de auditoria estatutário. Esse comitê deve se reportar ao conselho de administração em situações em que se suspeite do envolvimento do diretor-presidente em irregularidades.

Dirigentes sindicais

As normas relativas aos conselhos de administração geraram polêmica durante a discussão no Plenário. De acordo com o texto, não poderão ser indicados para os conselhos

ministros, dirigentes de órgãos reguladores, secretários de estado e município, titulares de mandatos no Poder Legislativo e ocupantes de cargos superiores na administração pública que não sejam servidores concursados.

A proibição se estende a dirigentes de sindicatos e partidos políticos.

Senadores como Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Humberto Costa (PT-PE) defenderam a supressão dessas proibições

no texto, mas foram vencidos.

O projeto prevê que os integrantes dos conselhos de administração terão mandato de até dois anos, permitidas três reconduções. O prazo de gestão dos diretores será o mesmo dos conselheiros, também com três reconduções.

Os conselheiros e diretores precisarão ter experiência mínima profissional de dez anos na área de atuação da estatal. O objetivo é evitar indicações de pessoas sem qualificação, feitas apenas por critério político.

As licitações seguirão o previsto do regime diferenciado de contratações públicas (RDC).

Os valores máximos para a dispensa de licitação serão de R\$ 100 mil para obras e serviços de engenharia e de R\$ 50 mil para os demais serviços e compras. Os limites poderão ser alterados pelo conselho de administração.

O texto revoga as leis que autorizam o presidente da República a editar decreto que trate de procedimento de licitação simplificado para a Petrobras e a Eletrobras. O decreto que disciplina esse tipo de licitação na Petrobras (Decreto 2.745/1998) já foi alvo de questionamentos do Tribunal de Contas da União.

Ações ordinárias

O texto prevê que as sociedades de economia mista deverão emitir somente ações ordinárias. A determinação busca garantir a todos os acionistas o direito a voto, o que não seria possível com ações preferenciais.

Sobre despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista, o projeto determina que não poderão ultrapassar em cada ano o limite de 0,5% da receita bruta do ano anterior. Em ano de eleição, essas despesas deverão obedecer ao limite da média

dos três anos anteriores.

Outro ponto do texto que gerou polêmica é o que previa que, assim como as sociedades de economia mista, as empresas públicas também seriam sociedades anônimas (SAs). A possibilidade gerou acusações de que o objetivo era privatizar essas empresas, já que as SAs têm capital misto — as empresas públicas têm capital exclusivamente público.

Constituição

Tasso Jereissati (PSDB-CE), o relator, argumentou:

— Defendemos a transformação em SA porque não há sentido uma empresa que tem uma atividade econômica envolvendo bilhões de reais e que pertence ao governo federal não se sujeitar a nenhum tipo de legislação nem de obrigação quanto à abertura da suas contas, demonstração dos seus resultados, enfim, que não tenha nenhum tipo de obrigação.

Após reuniões com o governo, o relator aceitou manter a previsão de capital exclusivamente público para empresas públicas.

O texto foi resultado de uma comissão mista criada por sugestão dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

O relatório final que deu origem ao projeto foi de autoria do deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA). Ele explicou que, em virtude dos escândalos na Petrobras, ficou evidenciada a necessidade de dar uma atenção maior à gestão das empresas estatais.

O projeto atende uma determinação constitucional de que seja criada uma lei para estabelecer o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e das respectivas subsidiárias. Hoje, por falta de legislação, cada estatal segue normas próprias.

Senadores elogiam consenso obtido

A aprovação do projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais foi resultado de ampla negociação que respeitou pontos de vista opostos e ouviu vários setores. Essa foi a avaliação geral dos senadores durante a votação do projeto.

O relator, Tasso Jereissati, destacou que o texto final foi resultado de reuniões e negociações com senadores de todas as bancadas, membros do governo, representantes das estatais e sindicalistas. Ele calcula que o processo, que durou três meses, resultou na incorporação de dezenas de emendas.

— Procuramos discutir da maneira mais profunda possível, para que ficasse bem claro que a nova Lei das Estatais não é um projeto de partido, mas de Estado — disse.

As principais divergências foram encampadas pela base do governo. O líder do governo, Humberto Costa, disse que se preocupava com as possibilidades de privatização que a nova lei poderia trazer, mas afirmou que esses riscos foram eliminados nas articulações. Ele elogiou o relator e o consenso alcançado.

— Esse projeto foi objeto

de um exercício parlamentar muito positivo. Conseguimos fazer com que represente, de fato, uma proposta de modernização das nossas empresas.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou a relevância da lei, que “tem impacto nas ações de governo, nas ações de mercado e em toda a sociedade”.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que, devido ao fato de as estatais geralmente dominarem seus segmentos de mercado, a saúde da economia nacional depende da gestão eficiente dessas empresas:

— Temos uma tradição de estatais muito mal geridas — criticou, dizendo que as empresas têm sido transformadas em “instrumento das vontades do governo”.

A visão é compartilhada por Ronaldo Caiado (DEM-GO):

— Este projeto é inibidor do roubo e do desvio de função das estatais.

Na mesma linha, José Serra (PSDB-SP) afirmou que as estatais brasileiras têm sido fatores de desequilíbrio da economia e focos de “privatização política do que deveria ser público”.

Para Ricardo Ferraço (PSDB-ES), é preciso “afastar

as patas da politicagem e do patrimonialismo” da administração dessas empresas. Segundo o senador, o governo federal controla mais de 130 empresas, que reúnem mais de R\$ 4,4 trilhões em ativos.

Restrições

Apesar dos entendimentos construídos, senadores da base do governo, contrários ao projeto no início, mantiveram algumas restrições em relação ao substitutivo de Tasso que não foram dissolvidas nas negociações. Uma delas foi a vedação a que pessoas com cargo político, mandato eletivo ou cargo em órgão sindical ocupem vaga nos conselhos de administração.

Para Hélio José (PMDB-DF), a participação de trabalhadores nos conselhos é crucial.

Lindbergh Farias disse acreditar que a vedação a ocupante de cargo político e mandato se baseia em “criminalização da política”. Ele também questionou a obrigatoriedade de que as estatais sejam ressarcidas pela União quando executarem políticas públicas do Executivo.

— Isso vai burocratizar e dificultar muito — alertou.

Proposta de Wilder Morais foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e segue para a de Agricultura, para a decisão final

Desapropriação poderá incentivar a ocupação de áreas centrais de cidades

PROJETO QUE AUTORIZA a desapropriação de área por utilidade pública para fins de reparcelamento do solo, de Wilder Morais (PP-GO), foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 504/2013) recebeu parecer favorável do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), e segue para votação final na Comissão de Agricultura (CRA).

A intenção é movimentar a ocupação nas áreas centrais das cidades, que, apesar de contarem com uma boa infraestrutura, têm sofrido perda de moradores e abandono de suas construções, tornando-se assim zona de risco para a comunidade que por ali circula.

O projeto altera o Decreto-Lei 3.365/1941, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública, para introduzir na norma o conceito de desapropriação para reparcelamento do solo.



Gleisi Hoffmann preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou proposta sobre reparcelamento do solo

Nas áreas declaradas de utilidade pública para reparcelamento, a desapropriação judicial ficará condicionada às etapas prévias de mediação e arbitragem, em busca de um acordo sobre a forma de indenização do imóvel.

A mediação poderá durar até três anos, devendo-se oferecer ao proprietário, obrigatoriamente, uma proposta de indenização situada entre

120% e 150% do valor venal do imóvel.

Em caso de insucesso, será adotada a arbitragem, com duração de até 60 dias, momento em que será oferecida ao proprietário a opção de aceitar uma avaliação do imóvel feita por profissionais selecionados e orientados pelos padrões especificados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Ao comentar o projeto, Marcelo Crivella (PRB-RJ) observou que “cidades em que pobres e ricos convivem juntos são mais criativas”.

— Podemos conciliar o interesse de requalificação da área sem que haja uma remoção branca [remoção de comunidades carentes para pontos distantes e sem infraestrutura adequada] — acrescentou o senador.

Comissão rejeita hidrômetro para reduzir taxa de esgoto

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou um projeto que prevê a instalação de hidrômetro adicional, caso o consumidor solicite, para medir a água utilizada em uma empresa ou residência e que não será lançada na rede de esgoto.

O objetivo da proposta (PLS 180/2010) é reduzir a tarifa de

esgoto — hoje calculada como o mesmo valor da de água, presumindo-se que toda a água consumida retorna para tratamento.

O relator na CAE, Dalírio Beber (PSDB-SC), levantou pontos negativos, como a incerteza sobre quem pagará pela instalação do hidrômetro adicional, a possibilidade de a

medida beneficiar usuários de renda mais alta e que consomem mais água e a perspectiva de aumento na tarifa de esgoto com a queda no volume captado para cobrança pelas empresas de saneamento.

“Não cabe, portanto, introduzir formas de medição e cobrança de abastecimento de água e saneamento que não

tenham o respaldo da agência reguladora e que estejam totalmente desvinculados dos planos de investimento em manutenção e ampliação da rede”, sustentou o relator no voto pela rejeição.

A proposta vai agora para votação final na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Especialistas: problema de barragens é má fiscalização

A legislação do Brasil sobre segurança de barragens é completa e de qualidade, mas as normas não são efetivamente cumpridas e a fiscalização da construção e do funcionamento rotineiro das barragens é um dos pontos que necessita melhorias e aperfeiçoamento, disseram três especialistas brasileiros e um canadense, ontem, em audiência pública.

O debate ocorreu na Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens. Representante da Associação Canadense de Barragens (ACB), o engenheiro Andy Small, informou que o Canadá tem cerca de 10 mil barragens espalhadas por seu território, sendo mil com mais de 15 metros de altura. Ele disse que as Diretrizes de Segurança da ACB são usadas na maioria das províncias canadenses.

Recentemente, afirmou Small, a multa máxima aos responsáveis por acidentes com barragens passou de 100

mil para 1 milhão de dólares canadenses, e o tempo máximo de prisão, de um para três anos.

O endurecimento das punições foi uma das práticas canadenses que Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) afirmou que o Brasil precisa copiar.

— Precisamos buscar as melhores práticas — afirmou.

O canadense também afirmou que, devido à alta de qualidade da fiscalização no seu país, o desastre da barragem de Mount Polley, em agosto de 2014, não teve nenhuma morte. Um dos pontos-chave, segundo Small, é a preparação de planos de ação de emergência que levem em conta toda a popu-

lação que pode ser atingida por possíveis acidentes com barragens.

O representante do Comitê Brasileiro de Barragens, Carlos Henrique Medeiros, disse que, depois do acidente de Mariana, o importante é fazer com que as normas, regras e resoluções da lei no Brasil sejam cumpridas e efetivadas.

José do Carmo Dias, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG), também afirmou que o Brasil precisa acompanhar com mais afinco o cumprimento das normas sobre barragens, com especial atenção à fase de planejamento

e construção, mas sem esquecer da fiscalização cotidiana do funcionamento desses empreendimentos. Ele sugeriu que o Senado tenha mais protagonismo na exigência de cumprimento estrito da lei.

— São apenas quatro técnicos do DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral] em Minas Gerais para fiscalizar mais de 700 barragens. Não dá — disse.

Já o representante do Centro de Estudos Avançados em Segurança de Barragens, Dimilson Coelho, disse que a empresa foi criada em 2008 dentro da Itaipu Binacional e tem mais de 8 mil equipamentos de acompanhamento e monitoração da usina, com 14 profissionais que verificam esses equipamentos e seus dados diariamente, totalizando mais de 90 mil verificações anuais.

O relator da comissão, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), disse que as informações do debate vão subsidiar seu parecer.



Ferraço e Anastasia (2º e 3º à dir.) na Comissão de Segurança de Barragens

Projeto parcela os débitos de municípios e estados com o Pasep

Os débitos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) vencidos até 31 de dezembro de 2015 poderão ser consolidados e pagos em 240 parcelas, segundo projeto do senador Lasier Martins (PDT-RS).

O PLS 463/2015 foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com emenda do relator, José Pimentel (PT-CE), que atualizou a data de referência para adesão ao acordo.

Os valores das parcelas, conforme a proposta, ficarão retidos nos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

O relator manifestou-se contra o PLS 519/2015, do senador Paulo Paim (PT-RS), que tramita em conjunto com o projeto de Lasier.

A proposta foi aprovada em decisão final na CAE. Se não for apresentado recurso para votação do texto no Plenário do Senado, irá para a análise da Câmara dos Deputados.

Senadores querem debate sobre energia de baixa tensão

Um pedido de vista coletiva adiou a votação, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de um projeto que implanta a concorrência na comercialização de energia elétrica para clientes de baixa tensão. A proposta, de Hélio José (PMDB-DF), deve ser votada na próxima reunião da CAE.

O PLS 201/2015 prevê que a tarifa para esses consumidores seja binômica, ou seja, com a separação dos custos de compra da energia elétrica, distribuição, transmissão e perdas. A fatura deverá discriminar as tarifas de consumo e de demanda de potência.

O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou um substitutivo e afirmou que o texto será mais debatido na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Fernando Bezerra (PSB-PE) e José Pimentel (PT-CE) pediram vista para aprofundar a análise. Pimentel ressaltou que o tema “inova profundamente a matriz energética do país”. Bezerra disse que projetos-pilotos, como o de painéis solares na superfície de lagos na Barragem de Sobradinho (PE), “podem ser base de um programa muito mais amplo”.

Avança texto sobre uso de droga anticâncer

Já aprovada pela Câmara, a proposta sofre oposição da Anvisa, que é contra a liberação da fosfoetanolamina sintética, que ainda não foi devidamente estudada e registrada

MENOS DE UMA semana após chegar ao Senado, o projeto que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com câncer foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Apresentado por 26 deputados, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 3/2016 permite o uso do medicamento antes do registro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Agora será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com a proposta, para ter acesso ao medicamento, os pacientes diagnosticados com câncer precisarão assinar termo de consentimento e responsabilidade. A opção pelo uso voluntário da fosfoetanolamina sintética não exclui o direito de acesso a outras modalidades terapêuticas.

Entusiastas da fosfoetanolamina apontam relatos de regressão e cura do câncer pela substância. Críticos, no entanto, argumentam que ainda não há estudos que comprovem a eficácia e a segurança do uso. Se o texto for aprovado, a Anvisa terá de autorizar



Ao lado de Blairo Maggi (C), Cassol (E) quer pressa na aprovação do projeto, enquanto Amorim (D) pede cautela na análise

os laboratórios que farão a produção e a distribuição da fosfoetanolamina sintética.

Em nota divulgada à imprensa, a agência informa não ter recebido nenhum pedido para realização de ensaios clínicos ou solicitação de registro dessa substância até o momento. O órgão afirma ver com preocupação o uso de medicamentos sem a devida autorização.

Para o relator, Ivo Cassol (PP-RO), o Senado não pode deixar de lado a esperança de quem tem câncer em obter um tratamento que apresente

resultados positivos.

— A fim de aliviar o sofrimento de milhares de brasileiros, cabe a esta Casa dar seguimento o mais célere possível ao projeto — disse.

Divergência

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) questionou a competência do Congresso Nacional para autorizar o acesso à substância. Ele foi o único a votar contra o projeto:

— O Legislativo não pode liberar medicamentos que não foram testados clinicamente.

Eduardo Amorim (PSC-SE) apoiou a aprovação do projeto pela CCT, mas pediu cautela. Segundo o senador, a fosfoetanolamina não é solução para todos os tipos de câncer.

— Ainda não conhecemos com detalhes aquilo que a substância faz com o corpo. Não podemos vender falsa esperança para ninguém. Sugiro que aprovemos o projeto e que se remeta à CAS para que lá possamos fazer audiências públicas. A preocupação do Aloysio é pertinente, mas também não nos é dado o

direito de tirar a esperança de ninguém.

Característica

A fosfoetanolamina começou a ser pesquisada há 20 anos pelo professor Gilberto Chierice no Instituto de Química de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP). A substância imita um composto que existe no organismo, o qual identifica as células cancerosas, permitindo que o sistema imunológico as reconheça e as remova.

A droga era distribuída gratuitamente no campus da universidade em São Carlos. Em 2014, parou de ser entregue depois que uma portaria determinou que substâncias experimentais tivessem todos os registros antes de serem liberadas à população. Pacientes passaram, então, a conseguir o acesso na Justiça, por meio de liminares.

Qualquer pessoa pode opinar sobre a proposta no sistema de consulta do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania).

Entenda o assunto: <http://bit.ly/entendaFosfo>

Trâmite para importar remédio destinado a doenças raras pode ficar mais rápido

Os chamados medicamentos órfãos, destinados ao tratamento de doenças raras e produzidos no exterior, poderão receber tratamento legal para facilitar o registro nos órgãos sanitários no Brasil e também agilizar os processos de importação. Projeto com essa finalidade (PLS 31/2015), de Alvaro Dias (PV-PR), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os consumidores deverão enfrentar menos obstáculos para fazer as aquisições de modo direto. As empresas importadoras também ficarão livres de parte das atuais exigências burocráticas para buscar os medicamentos no exterior. São consideradas raras as doenças cuja incidência não ultrapasse 65 casos por 100 mil habitantes. Muitas vezes, o número de doentes é tão pequeno que acaba afastando o interesse da indústria farmacêutica na fabricação. Por isso, a a designação de medicamento órfão.

Alvaro lembrou que o projeto nasceu depois de uma audiência pública realizada no Senado, da qual participaram representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de laboratórios e de parentes de doentes prejudicados pela burocracia.

— Ficou claro o drama dos que dependem da importação dessas drogas ausentes no mercado nacional.

Segundo o senador, as regras atuais são inadequadas. Para as pessoas que

dispõem de informação e recursos, a via judicial é possível, ainda que lenta. Mas, para a maioria dos pacientes, o acesso a esses meios jurídicos é limitado.

O PLS 31/2015 define uma exceção à regra atual, que veda a importação de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos sem prévia autorização do Ministério da Saúde.

Importação

Hoje ela pode ser feita de modo direto pelo usuário desde que o produto conste de lista elaborada pela Anvisa de medicamentos para doenças raras. Pelo projeto, a lógica será inversa: a lista será composta dos medicamentos submetidos a regime especial de controle e que não se destinem a revenda ou comércio. Somente esses não poderão ser livremente importados.

A autorização para a importação de medicamento órfão por empresa deverá seguir rito simplificado, a ser definido em regulamentação do governo. Quando o fármaco já for registrado nos Estados Unidos ou na União Europeia, também será dispensada a exigência de registro prévio no Ministério da Saúde.

As modificações incidem sobre a Lei 6.360/1976, que disciplina a atuação da vigilância sanitária sobre insumos farmacêuticos. Esse texto legal incorporaria o conceito de medicamento órfão, definido como toda droga destinada ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas que despertam pouco interesse na indústria farmacêutica.

Projeto que agiliza pesquisa e fixa regras para teste em humanos passa em comissão

O projeto que agiliza a liberação de pesquisas clínicas no Brasil (PLS 200/2015) avançou mais um passo no Senado. Aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ele segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta cria um marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos no tratamento de câncer, mal de Alzheimer, diabetes e de outras doenças, além de fixar regras a serem cumpridas nos estudos em seres humanos.

O Brasil é uma das nações mais atrasadas em relação aos processos de autorização e condução dos protocolos de pesquisas. Enquanto na maior parte do mundo esses procedimentos levam de 3 a 6 meses, no Brasil eles precisam de 10 e 15 meses.

Apresentado por Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Walter Pinheiro (PT-BA), o projeto visa desburocratizar o sistema e agilizar a liberação de novos testes.

Além disso, amplia a garantia de assistência médica ao voluntário durante toda a execução da pesquisa; dá liberdade para o participante se retirar a qualquer momento do estudo; permite suspensão dos procedimentos em caso de possibilidade de dano; e obriga a dar publicidade aos resultados.

O projeto sofreu mudanças na CCT. Entre as emendas acatadas pelo relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), está o aumento do escopo da proposta,

para abarcar não apenas pesquisas clínicas experimentais, mas sim todas as pesquisas com humanos.

Aloysio rejeitou, contudo, proposta de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que obrigava o fabricante a fornecer aos participantes, gratuitamente e por tempo indeterminado, o medicamento de eficácia terapêutica comprovada. Segundo o senador tucano, “isso poderia gerar desestímulo ao desenvolvimento de pesquisas clínicas.”

— Mantivemos na proposta a obrigatoriedade do fornecimento gratuito do medicamento pelo patrocinador seja até o início da comercialização no país ou do fornecimento gratuito pelo SUS — frisou Aloysio.

Participação

O projeto também estabelece condições para a participação em pesquisa clínica de criança, adolescente, grávidas ou pessoa adulta incapaz de expressar a própria vontade, ainda que temporariamente. Aos participantes, serão garantidos o anonimato e o sigilo das informações, sendo vedada remuneração ou concessão de qualquer tipo de vantagem pela participação em ensaio clínico. O projeto abre exceção no caso da participação de pessoas saudáveis em pesquisa inicial. Quando não houver benefícios terapêuticos diretos a esses participantes, ela pode ser remunerada. Não configura remuneração ou vantagem o ressarcimento de despesas com transporte e alimentação.

De acordo com novo prazo, minuta de anteprojeto terá de ser votada até 11 de abril. Integrantes reclamam que relatora não acolheu sugestões apresentadas durante os meses de trabalho; ela responde afirmando que representantes do governo não se empenharam

Comissão que atualiza Código de Aeronáutica terá mais 30 dias

A COMISSÃO DE especialistas que trata da reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica terá mais 30 dias para estudar a minuta de anteprojeto apresentada pela relatora, Maria Helena Rolim. Pelo novo prazo fixado pelo presidente da comissão, Georges Ferreira, sugestões podem ser enviadas até o dia 27. A próxima reunião está marcada para 11 de abril, mas poderá ser antecipada.

A minuta, com 400 artigos, foi criticada por representantes do governo. Tercio Ivan de Barros, da Infraero, reclamou que o texto é prolixo e disse a comissão corre o risco de perder a chance de criar uma proposta “enxugada e moderna”.

Ele e outros integrantes desaprovaram a condução das atividades, uma vez que, desde dezembro, segundo eles, Maria Helena trabalhou com apenas outros dois integrantes no anteprojeto, apresentando então o texto para uma apreciação “atropelada”.

— Ou se enxuga, ou é melhor até manter o código atual — afirmou Barros.

Ronei Glanzmann, da Secretaria de Aviação Civil, considerou o anteprojeto um “atentado ao consumidor”. Ele criticou que o pagamento das tarifas de conexão das empresas aéreas fique a cargo dos viajantes.

O especialista Respicio do Espírito Santo, professor de transporte aéreo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também acha que o atual código, de 1986, seria melhor que o anteprojeto.

— Pelo menos é algo ruim que todo mundo já conhece e que pode ser melhorado com sugestões dos Poderes Executivo e Legislativo — afirmou.



A relatora da comissão, Maria Helena Rolim, fala na reunião, ao lado do presidente, Georges Ferreira

Para Ricardo Catanant, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o anteprojeto “simplesmente desconsidera o Código de Defesa do Consumidor”.

— Equivale a um retrocesso de 25 anos, retoma conceitos de antes da promulgação do Código de Defesa do Consumidor.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, José Adriano Castanho, reclamou que a minuta não reflete o que foi discutido nos meses de trabalho.

Maria Helena Rolim refutou as críticas. Ela citou o “espírito democrático” com que tem se portado na relatoria e destacou que reclamou dos representantes do poder público por não apresentarem sugestões concretas.

— Jamais chegaram a apresentar nada de concreto, só retóricas e discurso. Me

frustrei com algumas pessoas — disse.

Geraldo Vieira, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, também entende que faltou empenho dos representantes do governo:

— Não querem transparência na definição das tarifas e estão aqui para defender pautas corporativas. Não desejam uma verdadeira modernização do setor.

Para ele, órgãos públicos buscam compensar a ineficiência por meio da cobrança de taxas, o que torna o Brasil o país mais caro do mundo para uma empresa trabalhar.

Ricardo Bernardi, especialista em direito aeronáutico que auxiliou Maria Helena na proposta, disse que jamais se buscou privilegiar a algum setor específico.

Colegiado lembra Dia Mundial do Consumidor

O Dia Mundial do Consumidor, celebrado ontem, foi lembrado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O vice-presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), descreveu o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) como “fundamental para proteção dos consumidores, o elo mais fraco da cadeia do consumo”.

Segundo Ataídes, o código tem amparado direitos básicos do consumidor, garantido a reparação de danos, a prestação de informações claras sobre produtos e serviços e a proteção da população contra publicidade enganosa e produtos nocivos:

— O código tem sido o grande responsável pela construção de relações mais éticas e equilibradas entre quem compra e quem vende produtos e serviços.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), é preciso atualizar a lei, incluindo novas formas de relações de consumo:

— Hoje temos o comércio pela internet, que é outra realidade e sobre a qual temos que nos debruçar, para que o consumidor não fique tão vulnerável a fraudes.

João Capiberibe (PSB-AP) lembrou o papel das agências reguladoras no ordenamento dos serviços prestados aos consumidores e apontou entraves para o pleno exercício das atividades desses órgãos.

— Queremos que as agências sejam cada vez mais transparentes — ressaltou o senador.

As 18 propostas que constavam da agenda de ontem da CMA não puderam ser votadas por falta de quorum.

Sandra apoia geração de energia solar em represa de hidrelétricas

Sandra Braga (PMDB-AM) afirmou que foram lançadas nas Hidrelétricas de Sobradinho, na Bahia, e de Balbina, no Amazonas, os primeiros projetos no mundo de exploração de energia solar em lagos de usinas com uso de flutuadores. A senadora explicou que a energia será suficiente para 540 mil residências.



— São uma fonte de energia limpa e complementar para as próprias hidrelétricas. O sistema contribui para a gestão da água e a regularização da vazão e enseja maior eficiência econômica, com uma única estrutura de transmissão e subestação para escoar a geração de duas fontes renováveis: a hidrelétrica e a solar.

Telmário denuncia extração de minérios em território indígena

Telmário Mota (PDT-RR) denunciou a venda de minerais explorados por garimpos ilegais na região onde vivem os ianomâmis, em Roraima. O esquema, disse, é investigado pela Polícia Federal, que já apontou a ligação da atividade ilícita com a empresa DTVM.

Segundo ele, a DTVM recebia 160 quilos de



ouro por mês — o equivalente a R\$ 17 milhões.

De acordo com o senador, os acusados serão responsabilizados por sonegação fiscal, associação criminosa, extração de recursos naturais de forma ilegal, uso indiscriminado de mercúrio e usurpação do patrimônio da União, entre outros crimes.

Para Lira, universidade estadual eleva qualidade de vida na Paraíba

Raimundo Lira (PMDB-PB) lembrou o 50º aniversário da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), comemorado ontem. O senador ressaltou que a universidade, que nasceu em Campina Grande, é um patrimônio do estado e tem contribuído para elevar a qualidade de vida da população.

— A universidade aten-



de 40 mil pessoas anualmente com prestação gratuita de serviços na área de saúde, como tratamentos odontológicos, de fisioterapia, acompanhamento psicológico de crianças, jovens, adultos e idosos, exames laboratoriais e atendimento em enfermagem para quem não tem condições de pagar por esse serviço.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Avaliação de políticas para a internet vai à Câmara

Substituto a projeto do Senado aprovado ontem em decisão final define como deve ser feito o acompanhamento das ações governamentais destinadas a ampliar o acesso da população à rede

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou em definitivo, ontem, substitutivo a projeto de lei do Senado que estabelece a forma de avaliar e monitorar as políticas públicas destinadas a ampliar o acesso à internet, como o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). A proposta seguirá para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Autor do substitutivo ao PLS 432/2014, Walter Pinheiro (PT-BA) modificou o texto para ampliar o alcance da avaliação e do monitoramento das políticas públicas de acesso à internet. O projeto original, do ex-senador Anibal Diniz, se restringia ao PNBL, iniciativa do governo federal que tem como objetivo massificar o acesso à internet em banda larga no Brasil, com enfoque nas regiões mais desprovidas dessa tecnologia.

“A restrição da proposição a um programa específico de governo — o PNBL — não parece ser a opção ideal. Em nosso entendimento, a avaliação e o monitoramento propostos devem abranger, de forma ampla, as políticas públicas de ampliação do acesso à internet”, ponderou Pinheiro.

A avaliação e o monitoramento das ações governamentais nessa área serão apresentados com periodicidade máxima de um ano pelos órgãos públicos, prevê o texto. Os resultados serão amplamente

divulgados na internet e serão sugeridos políticas e planos de investimento para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.

Pelo substitutivo, a cada dois anos as comissões da Câmara e do Senado farão, alternadamente, avaliações sobre a execução das políticas, com o objetivo de aferir o cumprimento de metas.

Revisões periódicas

Também estão previstas conferências nacionais de comunicação a cada quatro anos, precedidas de conferências distritais e regionais, para avaliar as políticas e subsidiar a revisão das ações e metas para o período subsequente. O texto garante a participação permanente de entidades da sociedade civil nesse processo de avaliação e revisão.

Pinheiro ressalta que a pro-

posta segue em concordância com o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), “que também disciplinou o uso da internet no Brasil com o objetivo da promoção do direito de acesso a todos”.

O relator ressalta que a proposta dá efetividade à Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Ele salientou as rápidas mudanças na área, como no momento da elaboração da lei, quando o acesso às telecomunicações significava o acesso à telefonia fixa.

“Hoje, contudo, o acesso às telecomunicações significa, fundamentalmente, o acesso à internet em banda larga. Por essa razão, o Decreto 7.175/2010, que instituiu o PNBL, definiu como um de seus objetivos massificar o acesso a serviços de conexão em banda larga”, explica o relator em seu parecer.



Geraldo Magela/Agência Senado

Relator, Pinheiro apresentou substitutivo para ampliar alcance da proposta

Rádios comunitárias ganham autorização para funcionamento

Em reunião ontem, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou autorizações para o funcionamento de mais 20 emissoras de rádio em várias cidades do país, a maioria delas comunitárias.

A Associação Comunitária e Beneficente Amigos do Rio Pau d'Arco e a Associação Radiodifusão Comunitária Betel foram algumas das contempladas. Elas foram au-

torizadas a executar serviço de radiodifusão comunitária, respectivamente, nos municípios de Rio Pau d'Arco (PA) e Soledade (RS).

A aprovação pela CCT é a última etapa dos processos de renovação ou de novas autorizações para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Os projetos de decreto legislativo seguem agora para promulgação.

Projeto obriga órgão público a divulgar custo de publicidade

Os cidadãos poderão ter mais controle sobre os gastos do poder público com publicidade institucional. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 234/2015, aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A proposta altera a Lei 12.232/2010, que estabelece normas gerais sobre licitação e contratação de serviço de publicidade pela administração pública.

De autoria de Ronaldo Caiaido (DEM-GO), o projeto determina que, na propaganda institucional da administração direta e indireta de todas

as esferas do poder público, deverão constar, de forma clara, informações sobre o custo e sobre o número de veiculações ou inserções.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), considerou o projeto importante. O senador afirma em seu relatório que o texto dá mais eficácia à transparência ativa (a divulgação de dados por iniciativa do próprio poder público), como preconiza a Lei de Acesso à Informação.

A proposta segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Requerimentos sobre Ideb e Dia da Astronomia seguem a Plenário

A Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), que pede ao Ministério de Educação informações sobre os critérios para o Índice de Desenvolvi-

mento da Educação Básica (Ideb). Também foi aprovado o PLC 8/2015, que cria o Dia Nacional da Astronomia, a ser comemorado em 2 de dezembro. Os dois textos seguem para o Plenário.

Vestibular seriado poderá ser regra em universidades federais

Os programas de avaliação seriada, com provas a cada final de ano do ensino médio, podem se tornar modelo de vestibular em todas as universidades públicas do país. Já utilizado em algumas universidades, como a de Brasília (UnB) e a de Santa Maria (UFSM), o sistema de seleção é estendido a todas as instituições universitárias oficiais por meio de projeto aprovado pela Comissão de Educação (CE) ontem.

A proposta (PLS 211/2012), que ainda irá a Plenário para deliberação final, não exclui a utilização de outras formas de processo seletivo para graduação nas instituições federais, como o vestibular tradicional ou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Pelo texto, apenas metade das vagas em disputa deve ser obrigatoriamente

ofertada pelo sistema de avaliação seriada. A outra metade fica vinculada aos sistemas já aplicados atualmente.

A proposição tem origem em uma sugestão feita na edição de 2011 do Jovem Senador. O projeto seleciona a cada ano, por meio de concurso de redação, 27 jovens — cada um deles representando seu respectivo estado e o Distrito Federal — para participar da experiência de ser senador por alguns dias. A ideia que resultou no projeto foi de Jéssica Renata Gomes Perez, de Mato Grosso do Sul.

O texto inicialmente passou pelo exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde foi acolhido e convertido em projeto legislativo. Se aprovado em definitivo, em Plenário, será encaminhado para análise da Câmara dos Deputados.

O relator na CE, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), disse que se sentia duplamente satisfeito com a incumbência de avaliar a proposta. Primeiro, por se tratar de uma iniciativa originária do Jovem Senador, a seu ver uma experiência meritória. Depois, pelo fato de o projeto tratar de modelo de avaliação capaz de moti-

var a juventude a se engajar nos estudos de modo mais constante.

— Será uma vantagem imensa para a qualidade da educação porque os alunos estudarão para provas que ocorrerão a cada ano. Atualmente, não dão tanta importância nos dois primeiros e, quando chegam ao terceiro

ano, correm para um cursinho preparatório — avaliou.

Segundo Cristovam, o ideal seria que o atual Enem adotasse o modelo de avaliação seriada, com provas aplicadas ao fim de cada ano do ensino médio. Ele disse que tentou, mas não conseguiu implantar a avaliação seriada na UnB quando foi reitor da instituição. Na avaliação seriada, a nota do aluno que valerá para a seleção de aprovados é a média das três provas feitas ao fim de cada ano do ensino médio.

No relatório, Cristovam observa que a avaliação ao fim de cada série afere com maior eficácia os alunos aptos a se matricular no ensino superior. Segundo ele, os estudantes deixam de “sofrer das inseguranças e pressões do modelo episódico e enciclopédico dos vestibulares tradicionais”.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Texto, relatado por Cristovam (E), é fruto de uma sugestão do Jovem Senador

Renan afirma não se preocupar com delação

Senador avalia que afirmações de Delcídio do Amaral são “delírios” e não provam nada. Segundo peemedebista, papel do presidente do Senado é garantir governabilidade

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, garantiu ontem não ter “nenhuma preocupação” com a delação premiada feita pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS), a qual classificou de “delírio”. Ele sugeriu que, quando afirmações feitas em delações não forem confirmadas, os autores tenham a pena agravada.

— Acho que esses delírios que estão chamando de delações não confirmam nada, absolutamente nada, porque não têm nenhuma prova. Acho

até que, quando não confirma a delação, tem que agravar a pena. É um aprendizado que já poderemos ter nesse curto período de validade das delações.

Renan não quis comentar os diálogos gravados entre o ministro Aloizio Mercadante e um assessor de Delcídio. Ele lembrou, porém, que o Senado confirmou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de determinar a prisão de Delcídio, que ficou preso por quase três meses, de

novembro a fevereiro.

Em relação a um possível impeachment da presidente Dilma Rousseff, Renan disse que, como presidente do Senado, não poderia antecipar etapas, já que o processo se inicia na Câmara dos Deputados. Da mesma forma, não comentou a hipótese de nomeação do ex-presidente Lula para um ministério.

— O papel do presidente do Senado é garantir a independência, a isenção, a governabilidade do país.

Nota pública

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), não foi e nem poderia ser procurado pelo ministro da Educação para tratar de nenhum dos assuntos relacionados pelo ex-senador Aloizio Mercadante. O Senado Federal não tomou nenhuma iniciativa nesse sentido, pelo contrário, confirmou a decisão judicial.

O senador afirma ainda que são totalmente improcedentes as citações feitas pelo senhor José Eduardo Marzagão. As referências não condizem com o perfil do senador.

A propósito das falsas imputações do ex-líder do governo, o senador refuta todos os delírios acusatórios do senador e sugere que delações não comprovadas sirvam para agravar as penas dos delatores.

José Medeiros analisa crise e considera afastamento da presidente inevitável

O impeachment da presidente Dilma não seria golpe, segundo José Medeiros (PPS-MT). Para o senador, “golpe seria a nomeação do ex-presidente Lula para um ministério”. Em sua opinião, a presença de Lula no Planalto representaria, na prática, a destituição de Dilma Rousseff, embora ela permaneça no cargo.

E ela perderia o poder sem o devido processo legal, afirmou José Medeiros, uma vez que, pela Constituição, apenas o Poder Legislativo pode tirar do cargo quem ocupa a presidência da República.

Diante da homologação da delação premiada de Delcídio do Amaral, Medeiros acredita que a possível nomeação de Lula não se tornará realidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Operação Lava-Jato não pode cometer abusos, critica Jorge Viana

Jorge Viana (PT-AC) parabenizou a comentarista Viviane Mosé, da Rádio CBN, por ter observado que o país saiu polarizado das eleições presidenciais de 2014 e que a Operação Lava-Jato, que tanto bem tem feito ao país, não pode ir contra a lei como quando levou o ex-presidente Lula para um depoimento coercitivo.

— Para onde estamos caminhando? A Lava-Jato tem que se manter reta, não pode cometer abusos — disse Viana.

O senador parabenizou também o governo, por escolher o subprocurador Eugênio José Guilherme de Aragão para o cargo de ministro da Justiça neste momento de crise e dificuldade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo Alvaro Dias, nomeação de Lula significa o fim do governo Dilma

Cabe à oposição adotar medidas legais para evitar a nomeação do ex-presidente Lula para a chefia da Casa Civil da Presidência, disse Alvaro Dias (PV-PR). Segundo o senador, juristas afirmam que uma nomeação poderia caracterizar ato administrativo nulo em razão de “desvio de finalidade”, já que Lula seria nomeado para escapar de julgamento na Operação Lava-Jato. Para Alvaro, trata-se, de maneira direta ou indireta, de obstrução do trabalho da Justiça, já que Lula é investigado.

— Nomear o ex-presidente é dizer: Lula inicia o seu terceiro mandato e determina o fim do segundo de Dilma. Seria extrapolar os limites das possibilidades e, obviamente, um escárnio.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia: apenas mudar o regime do país não vai resolver governabilidade

Ana Amélia (PP-RS) disse que a solução do problema da governabilidade do país vai muito além da adoção do sistema semiparlamentarista, um “mero casuismo”, na opinião dela.

Segundo ela, essa saída, que reduziria os poderes do presidente da República, ao mesmo tempo que fortaleceria os do Congresso, é contrária às exigências da população que saiu às ruas domingo.

A senadora disse que não é a melhor solução para a crise política dar mais força a um Congresso que tem 99 de seus 594 integrantes com processos pendentes de julgamento no STF.

Para ela, a solução está na retomada do processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff.



Gerardo Magela/Agência Senado

Lula poderia ajudar o Brasil a enfrentar problemas, avalia Vanessa Grazziotin

Se o ex-presidente Lula aceitar ser ministro, não será para fugir da Justiça, mas sim para ajudar o Brasil a sair da crise pela qual está passando, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— O presidente Lula há muito tempo já não aceitou exatamente para não fazerem esse prejulgamento. Ele disse: “Sou inocente. Não devo, não temo”. Não é para fugir. Se ele aceitar, é para ajudar o governo. Acho que precisamos agora é de muitos “lulas”. Precisamos do presidente Sarney, de gente que nos ajude a acalmar, a encontrar um rumo.

Ela disse que os pedidos de impeachment não se sustentam, pois nenhuma irregularidade foi imputada a Dilma.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Lasier, cassação de chapa pelo TSE e novas eleições seriam solução

Para Lasier Martins (PDT-RS), as manifestações servem como advertência à convulsão moral que contamina o governo, encurralado pelo Ministério Público. O senador observou que as investigações apontam para a campanha de Dilma, que pode ter sido abastecida com dinheiro público desviado, e que processos que tramitam no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem levar à cassação da chapa.

— Essa solução via TSE traria mais legitimidade ao novo governo, respaldado pelo voto e pelo desejo popular. E, com novas eleições, poderíamos ter vários candidatos ao pleito em 180 dias. Seria uma grande solução — destacou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Amorim diz que povo está insatisfeito e não tolera mais escândalos

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que os protestos deixaram claro que o povo está extremamente insatisfeito e frustrado com o governo, não tolera mais os escândalos de corrupção nem suporta mais pagar tanto imposto sem ter um serviço público de qualidade como retorno.

Para ele, o brasileiro sofre com vários problemas decorrentes da crise econômica, como a inflação e a maior taxa de desemprego da história do país, além da ameaça do aumento de impostos.

— O clamor das ruas de todo o país foi uníssono e cobrava serviços públicos que façam jus à enorme carga tributária — afirmou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cristovam Buarque pede abertura imediata do processo de impeachment

Cristovam Buarque (PPS-DF) defendeu a abertura imediata do processo de impeachment da presidente da República. Para o senador, a demora na solução da crise política traz prejuízo para a população e mostra a falta de sincronia entre a sociedade e o Congresso.

— Não dá para adiar mais a abertura [do processo]. Cada semana que se adia é uma semana a mais de angústia, de desorganização social e política do país.

A paciência do povo está se esgotando e, como consequência, aumenta o descrédito em relação à classe política, avaliou. Ele disse ainda que, num eventual impedimento de Dilma, é preciso que o novo presidente se preocupe em resgatar a credibilidade da Presidência e retomar o crescimento econômico.

Comissão inicia análise de MP sobre bloqueio de via pública

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre bloqueio de vias públicas iniciou ontem a discussão do relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Devido aos vários pedidos de vista coletiva apresentados, a discussão será retomada hoje, às 14h30. Foram propostas 83 emendas à MP 699/2015,

sendo que 25 foram acatadas parcialmente.

A MP modifica o Código de Trânsito Brasileiro para prever como infração gravíssima a conduta de usar veículo para interromper, restringir ou perturbar deliberadamente a circulação em vias públicas.

Gurgacz teme que a palavra

“veículo” possa direcionar a medida apenas a caminhões e, por isso, optou por alterar a redação para “veículo ou qualquer outro meio”.

— A redação é extensiva a qualquer pessoa que deseje interromper o trânsito — disse.

O relatório preliminar de Gurgacz diminuiu o valor das

multas inicialmente previstas na MP. O novo texto prevê a punição do infrator com multa de 20 vezes o valor de uma infração gravíssima (R\$ 3.830,80) e suspensão do direito de dirigir por 12 meses. Em caso de reincidência no período de 12 meses, a multa será aplicada em dobro. Como

medida administrativa, o texto prevê a apreensão da carteira de habilitação e a remoção do veículo e do material utilizado para interrupção da via.

O relatório preliminar pune ainda os organizadores da interrupção da via com multa de 60 vezes o valor de uma infração gravíssima (R\$ 11.492,40).